

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA EROSÃO COSTEIRA E OS CONTORNOS DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM MOÇAMBIQUE

Giverage Alves do AMARAL*

RESUMO: O presente artigo constitui uma reflexão através da qual pretendemos perceber os contornos da gestão dos recursos naturais em Moçambique, tendo como objecto de análise a erosão Costeira na praia da Costa do Sol. A costa moçambicana é caracterizada por uma grande diversidade de habitats e o litoral possui uma grande riqueza natural, mas em contrapartida, este litoral possui um ecossistema muito debilitado, e isto constitui um dos problemas ambientais mais gritantes da actualidade moçambicana e é sem dúvidas, um reflexo de um contexto de conflitos sócio-ambientais que em si estabelece um grande desafio para a implementação da política ambiental em Moçambique, cuja lei determina a utilização e gestão racionais dos componentes ambientais como forma de promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Erosão costeira. Meio ambiente. Sustentabilidade. Legislação ambiental.

Introdução

O presente artigo tem como objectivo central, desenvolver uma análise reflexiva sobre os contornos da gestão dos recursos naturais em Moçambique na era da sustentabilidade, procurando entender o fenómeno da erosão costeira na praia da Costa do Sol como resultado da acção humana sobre o meio ambiente à

* Mestre em Sociologia. UFF – Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Niterói – RJ – Brasil. 24220-900 – tagivera85@gmail.com

luz do construcionismo ambiental, visto tratar-se de um dos problemas ambientais mais gritantes na actualidade Moçambicana.

O significado do **construtivismo** foi discutido por vários autores, tanto da Sociologia como da Psicologia, assim por exemplo, segundo Becker (1992), falar de **Construcionismo** significaria dizer que o conhecimento não é estático e está em constante transformação. Entretanto, para Piaget, na Psicologia e bastante influenciado pela física relativista, esta ideia da transformação encontra-se no que ele denominou de “Epistemologia Genética”, que quer dizer que o homem possui uma carga hereditária ao nascer, porém esta não lhe permite emitir um pensamento sequer, assim como o sistema social em que o indivíduo nasce não lhe permite ter algum conhecimento objectivo, apesar de sintetizar em si (sistema social) milhares de anos de civilização. Concordando e acrescentando, podemos referir ainda que em Hegel e Marx este movimento dá-se pela dialéctica, onde este princípio da transformação está na essência do próprio ser. Queremos, com estas considerações, simplesmente chamar a atenção ao facto de o indivíduo ou o sujeito humano, ser sempre um projeto a ser construído tal qual o objecto, ora se os dois (objecto e sujeito) têm de ser construídos, significa que eles não têm existência prévia, mas são construídos mutuamente na interação.

Entender isto é importante porque daqui nasce uma negação explícita ao apriorismo e ao empirismo, por onde se entende que o conhecimento não nasce com o indivíduo, e nem é dado pelo meio social, o conhecimento é socialmente construído, e é na interação com o meio físico que o sujeito constrói o seu conhecimento, sendo que tal construção depende das condições do sujeito, conforme pretendemos demonstrar no caso da erosão costeira da costa do sul. Na visão de Becker (1992), construtivismo é a ideia ou teoria de que nada, a rigor, está pronto e acabado, e de que o conhecimento não é dado *a priori*, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interacção do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais e se constitui por força de sua acção, o que nos permite estudar e interpretar o mundo (do conhecimento) em que vivemos:

Vê-se, pois, que, assim como Marx derrubou a ideia de uma sociedade constituída por estratos, ricos e pobres, que existem desde toda a eternidade, e criou a ideia de uma sociedade que se produz e reproduz, estabelecendo um sistema de produção que a perpetua, Piaget derruba a ideia de um universo de conhecimento dado, seja na bagagem hereditária (apriorismo), seja no meio físico ou social (empirismo). (BECKER, 1992, p.88).

Todavia, o “**construcionismo**” se aproxima etimologicamente e conceitualmente do “**construtivismo**”, e parte da ideia segundo a qual, os assuntos ambientais não se materializam por si; eles são construídos por indivíduos ou instituições que definem os problemas ambientais, por exemplo como altamente inquietantes, e que ocupam-se a procurar possíveis soluções para resolver os problemas (HANNIGAN, 1995).

Há porém uma diferença muito importante e a se levar em consideração: quando se fala de **Construcionismo social** refere-se aos aprendizados que são criados através das interações sociais de grupos, enquanto o **construtivismo social** foca no aprendizado do indivíduo, que acontece como resultado de sua interação com um grupo.

Não é nossa intenção fazer uma discussão mais aprofundada sobre esta distinção, visto que nos dedicaremos a usar o construcionismo de Hannigan, para apresentar aspectos da desconstrução do problema da erosão na costa do sol, tendo em conta discursos de grupos envolvidos: O governo e a sociedade civil Moçambicana, e ao facto de Buttell e Taylor (1992), fundamentados no pensamento de Hannigan (1995), argumentarem que a sociologia ambiental deve dar mais atenção a construção social do conhecimento ambiental, pois que a construção dos problemas ambientais ou das questões ambientais é uma questão de construção social e políticas de produção de conhecimento, visto tratar-se de uma reflexão directa da realidade biofísica, e a forma como o conhecimento e os riscos ambientais são conceptualizados e o relativo êxito destas construções, são impelidas e canalizadas para as estruturas existente do poder económico e político, ademais que os problemas ambientais progridem desde a sua descoberta inicial até a política de implementação, e esta é sua ordem temporal de desenvolvimento.

Problemas ambientais na Costa do sol

A costa moçambicana, com cerca de 2.770 km² de extensão é caracterizada por uma ampla diversidade de *habitats* incluindo praias, recifes de corais, estuários, bacias, mangais, tapetes de ervas marinhas. A cidade de Maputo (capital do país), representa territorialmente a área sujeita à mais alta e mais diversificada intensidade de utilização das condições naturais de Moçambique, e é onde se registam por consequência, as transformações mais significativas (HATTON, 1995).

O litoral de Moçambique sem dúvidas, possui uma grande riqueza natural mas, por outro lado, possui um ecossistema frágil (CHEMANE et al.,

1997). Segundo Meneses (2001), parte significativa da população moçambicana vive ao longo do litoral e após um longo período de guerras (1964-1992), esta população está a reinstalar-se ao longo da costa; Para sua subsistência dependem essencialmente de recursos naturais costeiros e da agricultura de pequena escala praticada na base do corte e queima em solos arenosos e pobres em nutrientes; Sem dúvidas, os problemas ambientais na praia da Costa do Sol estão diretamente relacionados com a erosão costeira, sendo que já foram divulgados trabalhos científicos e jornalísticos alertando sobre este problema, indicando como exemplo o possível desaparecimento da estrada que liga a Cidade de Maputo a outros bairros da cidade, bem como o possível desaparecimento de algumas habitações devido a velocidade com que as águas do mar avançam para o interior.

Imagem 1



Fonte: UN Habitat (2007).

Dentro das ciências naturais a **erosão** é considerada como sendo o desgaste da superfície do solo provocado por vários agentes naturais, tais como o gelo, a água e o vento, nessa ordem de ideais, segundo o agente causador, podemos ter erosão hídrica, erosão eólica, erosão costeira etc., assim **erosão costeira** seria um processo, em geral natural, que pode actuar tanto em costa rasa, como praias, e também em costa escarpada batida pelo mar (CRISTOFOLETTI, 1979).

Esta definição permite pensar na possibilidade da consideração do homem como agente causador, mas não toca no aspecto antropogénico da erosão, quem bem o faz é Mungói (1997), segundo este autor, a **erosão costeira**, é um processo de deslocamento de terras ou de rochas de uma superfície, e no caso em análise a erosão relaciona-se com o deslocamento de terras, que pode ser pela

acção natural dos ventos ou das águas ou ainda por práticas humanas de retirada da vegetação.

Aqui nesta definição já temos a componente antropogénica bem presente, e é esta definição que nos permite entender a questão por exemplo do impacto da inoperância de uma lei ambiental sobre o ambiente, ou sobre o agravamento da erosão como vimos falando. Este nosso pensamento vem concordar com o de Moreira (1984), que por seu turno define a **erosão costeira**, como sendo um processo natural através de dinâmicas das marés, eventos e a quantidade de precipitação, mas que pode ser acelerado pela acção antropogénica. Enfim, com isto fica claro que o homem é um fator influente para as alterações no meio ambiente, pois todas as comutações podem induzir a uma erosão acelerada (GTA, 1996).

Com efeito, os estudos anteriores feitos sobre a erosão e degradação ambiental na praia da Costa do Sol atribuem causas humanas e naturais ao problema, sendo as causas humanas designadamente: o aumento demográfico na cidade, a falta de acção consistente das autoridades governamentais, o comportamento dos utentes da praia e da população, que devido a sua condição sócio-económica, recorre ao abate indiscriminado das árvores (casuarianas) e a destruição do mangal, sendo assim, o impacto da actividade humana nesta zona costeira é elevado.

O outro aspeto humano relevante é que estas zonas costeiras, pelas suas qualidades paisagísticas e com uma função de lazer, conheceram o aumento de edificações de unidades turísticas e casas de veraneio, as infraestruturas, neste caso incluindo “barracas” montadas sobre as dunas costeiras, também contribuem para o deslizamento da terra, e devido aos constantes movimentos dos clientes, a degradação das condições ambientais da zona costeira da cidade de Maputo acelera sobremaneira. Os factores naturais são: a redução de sedimentos que alimentavam o crescimento das praias; a acção contínua do mar de transporte de sedimentos dificulta o alcance de um estado de equilíbrio ao longo da costa, contudo, não se descarta a ideia de que o problema da erosão é também causado pelo homem (MUCHANGOS, 1985).

O outro conceito que nos interessa é o de **gestão ambiental**, que seria aqui definido como sendo o manejo, o uso, a reciclagem, a proteção, a conservação, e a utilização racional e sustentável dos componentes ambientais (GULELE, 2004). Esta definição aponta para a existência de práticas de actividades humanas que lesam o ecossistema natural, através por exemplo da pesca ilegal, uso de veículos ao longo das dunas, campismo, onde se considera que a população

litorânea moçambicana, tem trazido mudanças extensivas nos processos geradores da erosão costeira na área de estudo, contudo, para a gestão ambiental deste espaço costeiro, existe a necessidade da consideração da convergência de factores naturais (marítimos, atmosféricos) e humanos.

Ações e discurso governamentais: “o incumprimento das normas ambientais agrava erosão na Costa do sol”

De acordo com os relatórios do Ministério da Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) sobre a erosão costeira, o litoral da Capital do país, mais concretamente, a praia da Costa do Sol (outrora chamada praia da Polana), apresenta níveis alarmantes de erosão do solo que vão tomando proporções gigantescas, por falta de cumprimento das políticas de protecção ambiental e a negligência na efetivação das leis e normas ambientais. Hoje, assiste-se na praia da Costa do Sol, uma forte pressão sobre os recursos naturais e a erosão está a tomar contornos preocupantes pois já não é apenas a praia que se encontra em risco de desaparecer, mas também as habitações e outras infra-estruturas da região, visto que as águas marinhas estão em progressão fazendo frente a muralha protetora, ameaçando o corte da estrada marginal e a invasão das residências periféricas a praia.

Assim, o lixo provocado pela prática do comércio informal, já tomou conta do litoral, perigando por exemplo, a vida dos banhistas que frequentam a praia; Outro aspeto levantado ao nível do governo refere-se a o facto de que nos dias que correm, devido à prática da actividade pesqueira ilegal em larga escala, o litoral da zona dos pescadores está exposto a uma degradação acentuada, as barreiras que antes protegiam a terra do mar já desapareceram, tudo devido ao desrespeito e desconhecimento das leis ambientais pela população. Casos mais alarmantes são os desabamentos de terra na região costeira, largamente causados pela acção do próprio homem, quer dizer, pelos banhistas que utilizando veículos 4x4 passeiam pelas mesmas, e ao abate descontrolado e desnecessário da floresta de mangal.

Para conter o processo erosivo que se verifica na praia da Costa do Sol, o município de Maputo com apoio de algumas organizações não-governamentais, colocou em alguns pontos críticos sacos de areia e construiu uma barreira protetora na zona próxima ao bairro Triunfo. O Município pretende fazer o plantio de árvores, construir muralhas, quebra-marés e gaviões para conter a erosão, estas entre outras ações a serem concretizadas, poderão segundo o Ministério para

Coordenação da Acção Ambiental, reduzir a situação dramática que se vive ao longo da praia da Costa do Sol.

Reconhecendo a gravidade do problema no âmbito do Plano Nacional de combate a erosão, o governo a nível central e municipal, pretende desenvolver infraestruturas ambientais e investir na formação de recursos humanos, pois segundo o Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE, 2003)¹, existem mais de 298 pescadores a exercerem à actividade pesqueira no bairro da Costa do Sol em três (3) centros de pesca.

Apoiando-se no pensamento de Hannigan (1995), podemos conjecturar que os construtores das exigências existentes na formulação de possíveis soluções ligadas ao problema da erosão fornecem dados ou factos básicos que moldam os discursos dos actores envolvidos. Assim, é possível perceber que existe uma tentativa de adequação do discurso sobre o problema ambiental da erosão costeira ao discurso político do governo moçambicano na construção deste problema ambiental. O discurso político baseia suas afirmações retóricas² na teoria da administração por descentralização do poder que sustenta que o envolvimento da comunidade na gestão dos problemas locais passa necessariamente em o Estado descentralizar algumas funções, competências e recursos, ainda que continuem sob o seu controle (MICOA, 2002).

Nesta óptica, o governo considera que uma das vantagens da descentralização é permitir que as decisões sejam tomadas pelas unidades situadas nos níveis mais baixos da organização social, acrescentando que as pessoas que vivem os problemas são mais indicadas para resolvê-los no local, economizando o tempo e dinheiro. A importância da descentralização neste âmbito, deve-se ao seu mérito na defesa da solução local dos problemas pelas comunidades locais e neste caso, incluindo os usuários da praia (os pescadores, por exemplo) e a classe empresarial que explora unidades económicas na sua periferia (MOREIRA, 1984).

Esta teoria usada pelo Governo em seus discursos vem demonstrar a sua convicção de que os problemas da erosão de origem humana podem ter solução através de uma educação cívica e de uma participação pública no processo de gestão ambiental. Porém, analisando o mesmo discurso do governo conclui-se

¹ Para uma informação mais detalhada, vide Gulele (2004).

² Hannigan existem 3 tipos de exigências principais que são as de afirmações retóricas as quais Hannigan considera serem de base, que são: definições, exemplos, e estimativas numéricas; Sendo que as **definições** dão as fronteiras e as dimensões do problema social; os **exemplos** facilitam a identificação com o problema e as pessoas afetadas, principalmente quando se vêem como vítimas indefesas; as **estimativas numéricas** facilitam o estabelecimento da importância do problema, seu alcance, e seu potencial para o crescimento (HANNIGAN, 1995).

facilmente que o problema ambiental da praia da Costa do Sol, está sendo associado também a difícil gestão do ambiente urbano Moçambicano, em virtude da existência de dois sistemas sócio-económico em permanente competição e por vezes com interesses conflituosos, designadamente, o sector tradicional dito informal e rural, por um lado, e o sector moderno dito formal e urbano. O discurso retórico do governo moçambicano oferece garantias³ e baseia-se também na ideia da ilegalidade como "origem de todos os males" e na necessidade da adopção de estratégias e de mecanismos que estejam à pesca e o comércio ilegal.

Podemos portanto, inferir que o problema da erosão costeira da praia da costa do sol, foi construído ao nível do governo ou institucional tendo como contexto, a dependência financeira, a ilegalidade e a necessidade de incremento da capacidade humana, é assim que segundo ilação do pensamento de Becker (1992), o governo Moçambicano, vai "escolher" associar-se, para construção do problema ambientais ou objecto de risco, a diferentes instituições internacionais, capazes de financiar formações de capacitações institucionais e dar doações para a resolução dos problemas ambientais e as actividades ilegais na sua jurisdição.

Para análise dos formuladores de exigências Best (1989) apud Hannigan (1995), aconselha algumas questões tais como, a organização a que eles pertencem ou estão filiados, os interesses que representam, e o grau de experiência que possuem. Considerando esta dica dos autores torna-se possível entender o discurso subsequente da ONU por exemplo, que é a parceira por excelência para o desenvolvimento de Moçambique, segundo o qual "Moçambique apresenta um quadro legal adequado para gestão dos riscos ambientais, e que a política de desenvolvimento visa realmente a promoção de práticas sustentáveis no uso da terra, sendo que os constrangimentos financeiros é que impedem a sua implementação." (UN-HABITAT, 2007), estaria assim dado as "conclusões" retóricas do problema da erosão na costa do sol⁴.

³ **As Garantias**, estas seriam o conjunto de justificações que permitem exigir que seja levada a cabo uma acção, estas podem incluir a apresentação das vítimas como inocentes, ligando as exigências a direitos básicos a liberdade. (HANNIGAN, 1995).

⁴ **As conclusões**, nesta componente das afirmações retóricas, o discurso é feito ou composto de modo a tornar clara a acção que é necessária para aliviar ou erradicar um problema social, geralmente envolve a formulação de novas políticas sociais de controle (KINGDON, 1980 apud HANNIGAN, 1995, p.69) apresenta dois critérios básicos para que as propostas políticas "sobrevivam" na "selva política": primeiro que as propostas sejam tecnicamente exequíveis – "cientificamente são e politicamente administráveis" – e que sejam concomitantemente compatíveis com os valores dos formuladores de políticas; e para além disso, contestar uma exigência ambiental com êxito na arena política "[...] requer uma mistura de conhecimento, tempo e sorte", pois se trata de um "[...] processo altamente casual." (MORO; MIRANDA, 2001 apud HANNIGAN, 1995, p.70).

A sociedade civil: “a utilização múltipla das áreas costeiras requer uma gestão através de agências governamentais a nível nacional e local”

Na óptica da sociedade civil moçambicana ligada as questões ambientais, todas estas facetas da utilização humana da costa produzem resultados específicos em cada lugar, condicionada por circunstâncias históricas e locais, portanto, a erosão na Costa do Sol é causada pela abertura de pequenas machambas familiares, pastorícia, queimadas, corte da madeira para a comercialização e construção de pequenas embarcações, abertura de picadas, trânsito de pessoas e veículos por cima das dunas. Assim, é na conjugação da operacionalidade de todos estes factos que reside à explicação científica do fenómeno da erosão costeira na praia da Costa do Sol, embora a incidência da acção antropogénica seja mais evidente e contribua significativamente para a prevalência dos actuais padrões de erosão (MOREIRA, 1984).

Com a destruição de dunas costeiras e o crescente abate indiscriminado da cobertura vegetal, vão aumentando em toda a cidade os perigos da erosão e o desaparecimento das trolhas freáticas. Acresce-se a este factor a falta de um sistema de planeamento físico que respeite a dinâmica costeira, segundo Muchangos (1985), a construção da estrada hoje denominada Avenida Marginal, foi a razão que concorreu para a destruição das dunas, e aponta o avanço das águas do mar como consequência da destruição das dunas para a construção da estrada, que poderia ter sido evitada com um sistema de planeamento físico que respeitasse mais a dinâmica costeira.

A ausência de uma estratégia oficial para enfrentar o problema, dá lugar a intervenções de carácter “individual” (seja do proprietário, seja dos próprios municípios agindo independentemente), e que sem desejar acabam contribuindo para o agravamento do problema, pois as obras de estabilização rígida (muros) são efectuadas normalmente em carácter emergencial e improvisado, sem a orientação técnica adequada, o que resulta na pequena durabilidade das mesmas.

Para a sociedade civil a degradação da região costeira esta directamente associada a não divulgação das políticas ambientais, bem como a uma ausência de educação ambiental, pois muitos dos comerciantes (ou vendedores informais) atribuem culpas ao Conselho Municipal de Maputo, que segundo afirmam, limita-se a cobrar impostos e nada faz para criar melhorias e repor a ordem social e ambiental. A sociedade civil moçambicana baseia as suas afirmações retóricas de base, na consideração dos comerciantes, pescadores e os outros atores indire-

tamente envolvidos, como vítimas da indolência do governo em oferecer uma educação ambiental de qualidade a população.

Antes de lançar um olhar para as especificidades do discurso da sociedade civil, devemos considerar que falar de Sociedade Civil (SC) em Moçambique, é completamente diferente de falar sobre sociedade civil em qualquer outro contexto, infelizmente não nos vamos ater a detalhar sobre os aspectos específicos da sociedade civil moçambicana, o que poderá ser feito numa outra ocasião, somente referir que ela é composta por ONG's Internacionais, Nacionais, e por académicos que se enquadram inteiramente no pensamento de Hannigan, que considera que hoje em dia os movimentos sociais, que se dedicam as questões sociais actuam como “[...] pessoal administrativo e de investigação remunerados, com programas de angariação de fundos fortes e sofisticados, ligações institucionalizadas em relação aos meios de comunicação social e aos legisladores.” (HANNIGAN, 1995, p.61).

Contudo, a sociedade civil tem como objectivo central ser o “porta-voz” das exigências da população, promovendo o desenvolvimento em todas as vertentes, mas na maior parte das vezes, acabam sendo “a voz”, por inexistência de “vozes” na população, o que até se entende considerando diferentes dados estatísticos que apontam para o elevado índice de analfabetismo e outros problemas sócio-histórico ligados aos sistemas de governação pelos quais o país passou, contudo, se a sociedade civil não tem conseguido ser “porta-voz”, pelo menos tem exercido eficazmente o seu papel de consciencialização sobre os problemas sócio-ambientais.

Lançando agora um olhar sobre a visão da sociedade civil em relação ao problema da erosão costeira, podemos auferir que segundo a sociedade civil a problemática da erosão costeira na cidade de Maputo tem dupla raiz: uma primária e outra secundária. Ao nível da **raiz primária**, encontram-se factores como: as condições naturais, as marés altas, o abate ao mangal, a pesca artesanal e a fragilidade institucional, e na **raiz secundária**, destacam-se: a destruição de dunas costeiras e, a falta de manutenção dos sistemas de drenagem urbana e suburbana, e consideram que estes factores não actuam isoladamente senão numa acção conjugada.

A natureza das exigências e suas afirmações retóricas de base passam consequentemente pela necessidade da definição de lugares de acesso a praia para pescadores artesanais e banhistas, a fixação de dunas costeiras, são entre outras medidas, as de grande vulto para a redução da erosão costeira; urge a proibição do abate ao mangal; replante das casuarianas ao longo da costa para a protecção

da mesma; Assim, a sociedade civil defende que é necessário trabalhar em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Pesqueiro (IDP), no estabelecimento de formas apropriadas de pesca a nível dos pescadores de pequena escala, como forma de garantir que estes tenham o seu sustento a longo prazo.

A educação ambiental é uma das medidas de prevenção que se recomenda aqui, pois que esta permite uma interação entre os vários parceiros na resolução deste problema, tornando-os mais conscientes sobre o problema e preocupados em reagir para reduzir o seu impacto no ambiente, proporcionando um plano preciso e bastante definido, que consolide cada um dos núcleos de população existentes. São igualmente exigidas políticas que não possibilitem a ampliação das habitações, pois a construção de novas habitações sobre as dunas acaba sendo demasiado dispendiosa em termos monetários e em termos ecológicos.

Deste modo as suas conclusões vão de acordo com as inquietações do Governo, que como apontamos acima, incide sobre o problema da escassez de recursos financeiros e humanos para “cuidar do ambiente”, assim, a sociedade civil oferece um conjunto de acções necessárias e que devidamente implementadas evitariam gastos económicos, assim os formuladores dos problemas ou das exigências ao nível da sociedade civil, combinam um estilo retórico certo para a situação e públicos certos, o que é defendido por Hannigan, ao considerar os estilos de criação das exigências, onde refere que para que as formas de uma exigência estejam em sincronia com o público pretendido (Público, burocratas, Artesãos, Governo, etc.), estas tem de ser adequadas ao estilo do público, (seja este científico, estilo cómico, teatral, cívico, legal, subcultural, etc.).

Considerações finais: a erosão costeira: reflexo de conflitos sócio-ambiental na costa do sol

A nossa convicção é a de que uma governação local autárquica assente no princípio de gestão participativa de recursos naturais e dos bens públicos pode solucionar muitos problemas relacionados com a degradação ambiental na área em estudo, num sistema em que o público utente, os pescadores, os residentes, as unidades económicas e as autoridades governamentais estabeleçam um vínculo de parceria em defesa do bem comum. Apesar de nossa análise ser extremamente limitada e parcial, eis uma primeira tentativa desconstrução de um problema ambiental de acordo com a proposta de Hannigan, que brilhantemente evidenciou a necessidade de se desconstruir os problemas ambientais de modo a obter uma compreensão mais apurada do problema e sobretudo facilitar

a compreensão da génese dos problemas, o que vai de acordo com a ideia de Buttel e Taylor (1992).

Assim, foi possível identificar que o problema da erosão costeira, apesar de ser de facto um problema fisicamente identificado, é também uma construção social, trespassada por problemas políticos, seja na conceção do estado ou da sociedade civil. Este artigo mostra também que este problema está associado e pervadido de estratégias retóricas de diferentes estilos, motivos e idiomas, referenciados por Best (1989), Ibara, Kitsuse (1993) e por Hannigan (1995), como predominantes na construção de demandas ambientais, podemos facilmente notar, por exemplo, o quanto o discurso ambientalista do governo apresenta predominantemente um estilo retórico legal e cívico, enquanto a sociedade civil recorre a um estilo mais científico, legal e subcultural. Estilos retóricos, que são possíveis compreender considerando que enquanto o governo pretende convencer seus parceiros de cooperação a financiar as acções a serem levadas a cabo, a sociedade civil está a dialogar com o governo, com o intuito de chamar a sua atenção para diferentes possibilidades de acção.

Claro ficou que os problemas ambientais da praia da Costa do Sol estão associados a difícil gestão do ambiente urbano em virtude da existência de dois sistemas sócio-económico em permanente competição e por vezes com interesses conflituosos, designadamente, o sector tradicional informal e rural por um lado e o sector moderno formal e urbano do outro, contudo, estes factores não atuam isoladamente, senão numa acção que conjugada, acelera sobremaneira a degradação das condições ambientais e concorrem para a sua extinção. Pensamos que assim acontece também por falta de cumprimento e efetivação das políticas de proteção ambiental em Moçambique de modo geral e no município de Maputo em particular, e enquanto isso não se verificar, a erosão costeira na praia da Costa do Sol estará a tomar contornos preocupantes.

Pensamos ainda que as acções a nível local têm como objectivos introduzir valores à gestão ambiental, acompanhados pela valorização do contexto e das tradições locais, o que ajudaria a fortalecer a identidade local, assim, além da comunidade ter que assumir o papel de “comunidade agente”, poder-se-iam induzir políticas de participação e captar recursos e espaços para a sua implementação, de modo que o gozo da independência para a tomada de decisões, resultasse na durabilidade das acções, envolvendo o governo, as organizações da sociedade, e permitindo o exercício de uma cidadania activa em Moçambique. Por último, consideramos que seria uma vantagem para gestão ambiental em Moçambique permitir que as decisões fossem discutidas com as unidades situadas nos níveis

mais baixos da organização político-administrativa, pois as “pessoas que vivem os problemas são mais indicadas para resolvê-los” economizando deste modo, tempo e dinheiro, isto é, “assegurar a sustentabilidade ambiental” local (UN-HABITAT, 2007).

SOCIAL CONSTRUCTION OF THE COASTAL EROSION AND CONTOURS OF NATURAL RESOURCE MANAGEMENT IN MOZAMBIQUE

ABSTRACT: *This article is a reflection through which we intend to understand the contours of natural resource management in Mozambique, having as object of analysis the erosion Coastal of Costa do Sol beach. The Mozambican coast is characterized by a great diversity of habitats and has a great natural wealth, but on the other hand, this coastal ecosystem is a very weak, and this is one of the most glaring environmental problems of today in Mozambique, and undoubtedly is a reflection of the socio-environmental context of conflicts which itself sets a great challenge to the implementation of environmental policy in Mozambique, whose law determines the use and management of environmental components in order to promote the improvement of the quality of life of citizens.*

KEYWORDS: *Coastal erosion. Environment. Sustainability. Environmental legislation.*

REFERÊNCIAS

BECKER, F. O que é construtivismo? **Revista de Educação AEC**, Brasília, v.21, n.83, p.7-15, abr./jun. 1992.

BEST, J. Rhetoric in claim-making. **Social problem**, Cary, v.34, n.2, p.101-121, 1989.

BUTTEL, F. H.; TAYLOR, P. J. Environmental sociology and global environmental change: a critical assessment. **Society e Natural Resources**. Philadelphia, v.5, n.3, p.211-230, 1992.

CHEMANE, D. et al. Vulnerability of coastal resources to climate changes in the Mozambique: a call for integrated coastal zone management. **Ocean & Coastal Management**, Maputo, v.37, n.1, p.63-83, 1997.

CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de sistemas em Geografia**. Hucitec: São Paulo. 1979.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA EROÇÃO COSTEIRA E OS CONTORNOS
DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM MOÇAMBIQUE

GRUPO DE TRABALHO AMBIENTAL [GTA]. **Eco jornal**: recursos naturais e as dunas costeiras de Moçambique, Maputo, n.2, 1996.

GULELE, J. J. **Relação entre a expansão urbana e a actividade pesqueira**: estudo de caso do Bairro da Costa do Sol. 2004. 52f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2004.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspetiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HATTON, J. **A status quo assessment of the coastal zone Mozambique** – phase 1: Ponta do Ouro – Xai-Xai. Maputo: IUCN: MICOA: Universidade Eduardo Mondlane, 1995.

IBARA, P. R.; KITSUSE, J. L. Vernacular constituents of moral discourse: an interactionist proposal for the study of social problems. In: HOLSTEIN, J. A.; MILLER, G. (Ed.). **Reconsidering social constructionism**: debates in Social Problems Theory. Nova Iorque: Aldine de Gruyter, 1993. p.25-58.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESCA DE PEQUENA ESCALA [IDPPE]. **Censo Nacional da Pesca Artesanal**: 2002-2003. Maputo, 2003.

MENESES, M. P. G. **A natureza, a biodiversidade e o conhecimento local**: qual o papel dos cientistas sociais? Maputo: Univeridade Eduardo Mondlane: FL: DAA, 2001.

MINISTÉRIO PARA A COORDENAÇÃO DA ACÇÃO AMBIENTAL [MICOA]. **Estratégia e plano de acção de controle e combate à Erosão dos Solos**. Maputo, 2002.

MOREIRA, M. E. **Glossário de termos usados em Geomorfologia Litoral**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1984.

MUCHANGOS, A. Problemas do meio ambiente na cidade de Maputo. **Cadernos de Planeamento Físico**, Maputo, p.35-55, 1985.

MUNGÓI, C. A. **Uma abordagem sobre os processos de erosão antropogênica no distrito de Xai-Xai**: Praia de Chongoene. Praia de Xai-Xai, 1997. Não publicado.

UN-HABITAT. **Perfil do sector urbano em Moçambique**. 2007. Disponível em: <unhabitat.org/?wpdmact=process&did=NjAwLmhvdGxpbms>. Acesso em: 29 abr. 2009.